

# Metas do Proine podem comprometer a dívida externa

**ANGELA LACERDA**

O Brasil corre o risco de aumentar, em vão, a sua dívida externa em 4,3%, se não revisar, urgentemente, as metas e a forma de implantação do Programa de Irrigação do Nordeste-Proine. O alerta está contido num documento elaborado pelo responsável da 3ª Diretoria Regional do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas—DNOCS — José Artur Padilha, enviado esta semana ao ministro da Irrigação.

Padilha está convencido de que sem uma reformulação do programa, não se conseguirá alcançar o objetivo de fortalecer o setor primário da região semi-árida nordestina. E segundo ele, o Proine, que prevê a irrigação de um milhão de hectares no semi-árido — com investimentos de US\$ 4,3 bilhões em quatro anos — não está sendo posto em prática de acordo com o que pretendem o presidente José Sarney, o ministro da Irrigação, Vicente Fialho, e os dirigentes dos órgãos envolvidos no programa — DNOCS, DNOS e Codevasf.

No documento, intitulado "Mudar ou manter rumos? O caso Proine", ele adverte: "As iniciativas para a implementação do programa estão cheias de limitações técnico-científicas e obedecem ao mesmo esquema que já determinou o insucesso de planos anteriores e o favorecimento de interesse subalternos".

Abrangente e denso, o documento, de 108 páginas, dissecava a questão da irrigação sob vários ângulos. Num deles, aborda a dependência negativa e prejudicial dos mais altos escalões governamentais em relação a empresas de consultoria no que se refere a assuntos especializados de alta exigência tecnológica. Embora não acuse tais assessorias de produzir deliberadamente estratégias inadequadas, Padilha é de opinião que elas se transformaram em um mito que deve ser derrubado. Tal mito, afirma, foi construído com base no discurso da competência e em cima de "sofismas apresentados em nome do domínio da melhor técnica e do mais puro conteúdo científico".

Ele atinge certeiramente a tese da pseudocompetência observando, por exemplo, que "ao contrário do que todo mundo imagina, ainda não se chegou — nem no Brasil nem no Exterior — a uma conclusão positiva sobre a melhor forma de irrigar o semi-árido". É isto mes-

mo: ninguém sabe ainda como promover irrigação sem inconvenientes nesta área.

Mesmo nos Estados Unidos, no Estado da Califórnia — diz Padilha —, onde as irrigações são patrocinadas pelo maior poder econômico e tecnológico que se conhece, a expectativa é de que um terço do total da área irrigada no Estado estará, até o ano 2000, irreversivelmente perdido, com solos imprestáveis pela salinização, cimentação ou por outros problemas com o meio ambiente.

"O que dizer então do Brasil, onde os métodos adotados para irrigações no semi-árido são quase todos transplantados de outras regiões geográficas, submetidas a diferentes condições sociais, climáticas e ambientais?", indaga José Artur Padilha. O documento traz, detalhadamente, numerosos e assombrosos exemplos.

## O QUE FAZER

O documento não fica apenas no alerta, na advertência e na exposição de fatos. Ele apresenta propostas. Primeiramente, Padilha defende a recuperação e o fortalecimento do DNOCS como instituição. E argumenta: com 6.932 funcionários e com um patrimônio público e social avaliado em mais de US\$ 2 bilhões, o DNOCS, com seus 76 anos de existência, detém praticamente toda a experiência acumulada pelo País no tratado de um de seus problemas mais graves: as secas. "Assim, como o imenso capital immobilizado do DNOCS é um fato consumado, o melhor é extrair dele todas as suas potencialidades", acredita Padilha.

Um DNOCS restaurado e, se possível, acima das pressões políticas e eleitorais seria, então, o principal executor das metas do Proine, ajudado apenas pela Codevasf. Seria também o normatizador e o controlador das atividades públicas estaduais e das atividades privadas, "que estão hoje totalmente soltas e são perigosamente imediatistas".

Feito isso, cada um dos 280 açudes ociosos do DNOCS seriam projetados como pólos de difusão de uma prática de exploração econômica integrada de modo a extrair, com a participação da sociedade local, todo o seu potencial econômico. Essa proposta está minuciosamente detalhada em 28 páginas do documento.

(Recife/Agência Estado)